



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ**  
**CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA**

**RELATÓRIO DE CORREIÇÃO - EXTRAJUDICIAL**

**RELATÓRIO COMUM A TODAS AS ATRIBUIÇÕES**

<b>IDENTIFICAÇÃO</b>
Comarca/Juízo: CARTÓRIO DO APEÚ – CAMARCA DE CASTANHAL
Polo/Região Judiciária: CASTANHAL
Magistrado(a) corrigente: LUCIO BARRETO GUERREIRO

<b>EDITAL DE CORREIÇÃO</b>
Data da publicação:
Data da abertura da correição: 17 DE OUTUBRO DE 2024
Data do encerramento da correição: 17 DE OUTUBRO DE 2024
Observações:

<b>DADOS GERAIS DA SERVENTIA</b>	
Nome oficial da serventia: Cartório Apeú Castanhal	
Código Nacional da Serventia (CNS):06.825-4	CNPJ: 31.171.892/0001-40
Endereço: Avenida Barão do Rio Branco, 276	
Telefone fixo: 3725-1383	Celular: (91) 9 9188-1808
e-mail: <a href="mailto:notas@apeucastanhal.com.br">notas@apeucastanhal.com.br</a> <a href="mailto:cartorio@apeucastanhal.com.br">cartorio@apeucastanhal.com.br</a>	; Celular Plantão (RCPN): NÃO HÁ PLANTAO
<b>ATRIBUIÇÕES</b>	
(X) Tabelionato de Notas ( ) Tabelionato de Protesto ( ) Registro de Imóveis ( ) Registro de Títulos e Documentos	(X) Registro Civil das Pessoas Naturais ( ) Registro Civil das Pessoas Jurídicas ( ) Registro de Distribuição

Obs. É obrigação de todo registrador civil disponibilizar plantão de registro civil, devendo dispor deste serviço, mesmo que em sistema de rodízio com outras serventias da comarca.

**DADOS GERAIS DO(A) DELEGATÁRIO(A) E EVENTUAL EQUIPE**



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ**  
**CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA**

<b>IDENTIFICAÇÃO DO(A) DELEGATÁRIO(A)</b>	
<b><u>Nome do(a) Responsável pelo Cartório: Alex do Carmo Sales Martha</u></b>	
Status do(a) responsável: (X) Titular ( ) Interino(a) ( ) Interventor(a)	CPF: 829.511.102-78
Endereço: rua João Balbi, 97, apto 1702. Belém - PA	Ato de nomeação: Data da posse / exercício: 03/07/2018
Telefones: 9 9188-18008	E-mail: alexsmartha@gmail.com
<b>IDENTIFICAÇÃO DO(A) SUBSTITUTO(A) LEGAL</b>	
( ) Não existe Substituto(a) Legal na serventia, razão pela qual se desconsidera os demais itens do presente tópico.	
Nome do(a) Substituto(a) Legal: LUCIMAR MARTINS DOS SANTOS	
CPF: 126.080.502-63	Portaria de designação: 04/2019
Endereço: Maria Caetano Mota nº 785, bairro Caiçara, Castanhal/PA	Telefones: (91) 988275426 E-mail: lucimar.martins00@gmail.com
<b>1</b>	A designação de substituto(a) legal observou os requisitos do art.24 do Código de Normas? (X) Regular, pois de acordo com os dispositivos legais à época da nomeação. ( ) Irregular. Motivo:  Observações/Providências
<b>PREPOSTOS</b>	
( ) Não existem prepostos na serventia, razão pela qual se desconsidera os demais itens do presente tópico.	
<b>2</b>	Apresentação do Livro de Registro de Empregados devidamente preenchido? (X) SIM ( ) NÃO  Observações/Providências: Apresentar o PDF de todos os colaboradores pelo contador.
<b>3</b>	Existência de quadro de horário de trabalho dos prepostos com indicação das respectivas funções e das respectivas portarias de designação devidamente atualizadas? (X) SIM ( ) NÃO  Observações/Providências:
<b>4</b>	Designação dos escreventes foi feita através de Portaria do Cartório, indicando nome e função, com comunicação ao Juízo de Registros Público e à Corregedoria Geral a Justiça? (X) SIM ( ) NÃO  Observações/Providências: Portarias apresentadas em correição.
<b>CARACTERÍSTICAS DO IMÓVEL DO CARTÓRIO</b>	
<b>5</b>	As instalações físicas são salubres e adequadas para funcionamento, dispo de bom estado de conservação e higiene, proporcionando bom atendimento aos usuários, com conforto, proteção à saúde e segurança? (X) SIM ( ) NÃO  Observações/Providências:
<b>6</b>	O mobiliário é ergonômico, encontrando-se em bom estado de conservação? (X) SIM ( ) NÃO  Observações/Providências:



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ**  
**CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA**

<b>7</b>	Está localizado em área sujeita à ocorrência de alagamentos, incêndio, infiltrações e umidade? ( ) SIM (X) NÃO  Observações/Providências:
<b>8</b>	Os elementos de identificação de serviço delegado são bem apresentados, possuindo sinalização com placa fixa de identificação, em material resistente, com os seguintes dados: a) nome oficial do cartório e a natureza dos serviços; b) horário de funcionamento; c) número de telefone e, no caso de cartório de registro civil de pessoas naturais, número de contato telefônico fixo ou celular para plantão aos sábados, domingos e feriados civis e religiosos. (X) SIM ( ) NÃO  Observações/Providências:
<b>9</b>	Dispõe de licenças e alvarás para funcionamento do prédio, seja a do ente municipal, seja o expedido pelo Corpo de Bombeiros, bem como de material de segurança contra incêndios, tais como extintores? (X) SIM ( ) NÃO  Observações/Providências: apresentados em correção e serão encaminhados via PDF
<b>10</b>	As acomodações da serventia propiciam segurança ao arquivamento de livros e documentos? (X) SIM ( ) NÃO  Observações/Providências: Existem tres arquivos dispostos da seguinte forma: 1- sala do titular, com livros mais antigos e documentos correlatos, 2- sala de arquivo do RCPN 3- Sala de Notas onde ficam os livros e documentos mais recentes  Os locais são salubres, cilmatizados e com segurança a chave.
<b>11</b>	Oferece acessibilidade às pessoas com deficiência, lactantes, gestantes e idosos? (X) SIM ( ) NÃO  Observações/Providências: possui rampa de acesso.
<b>12</b>	O espaço destinado ao atendimento é adequado, dispondo de cadeiras, bebedouro, balcão preferencial e climatização? (X) SIM ( ) NÃO  Observações/Providências: local climatizado e confortável.
<b>13</b>	As instalações elétricas e hidráulicas do cartório estão em perfeito estado de funcionamento e boa conservação? (X) SIM ( ) NÃO  Observações/Providências:
<b>14</b>	Há boa conectividade com a rede mundial de computadores (internet); equipamentos eletrônicos são atuais e se prestam a sua funcionalidade, considerando o porte do cartório? (X) SIM ( ) NÃO  Observações/Providências:
<b>PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS DELEGADOS E ATENDIMENTO</b>	
<b>15</b>	O atendimento é realizado com eficiência, urbanidade e presteza (considerando vestimenta, uniforme e cordialidade dispensada ao público)? (X) SIM ( ) NÃO  Observações/Providências:
<b>16</b>	Comparecimento diário do delegatário ao cartório, no horário de expediente, atuando o substituto legal apenas em eventuais ausências ou impedimentos? (X) SIM ( ) NÃO  Observações/Providências: Comparece semanalmente, mas não diariamente, fazendo contatos por videoconferencia.



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ**  
**CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA**

<b>17</b>	<p>A serventia observa a jornada de 06(seis) a 08(oito) horas diárias, de segunda a sexta-feira, para atendimento ao público, informando sobre o horário de funcionamento ao Juízo de Registros Públicos e à Corregedoria Geral de Justiça? (X) SIM      ( ) NÃO</p> <p>Observações/Providências: A serventia funcionamento é de 08:00 as 17:00 com intervalo para almoço. Atendimento ao público até as 14:00h</p>
<b>18</b>	<p>Há respeito à prioridade das pessoas com deficiência, lactantes, gestantes e idosos? (X) SIM      ( ) NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>
<b>19</b>	<p>Existe sistema de distribuição de senhas, considerando o porte do cartório? (X) SIM      ( ) NÃO</p> <p>Observações/Providências: as senhas são eletrônicas com identificação de prioridades legais e com chamamento eletrônico e por audio.</p>
<b>20</b>	<p>O quantitativo de prepostos é suficiente à adequada prestação de serviço, em conformidade com a demanda (considerando o porte do cartório, o movimento de serviços prestados e pessoas atendidas)? (X) SIM      ( ) NÃO</p> <p>Observações/Providências: no total são 13 (treze) colaboradores.</p>
<b>21</b>	<p>As tabelas de emolumentos em vigor, assim como os cartazes informativos da gratuidade dos serviços e do selo digital, encontram-se afixados em local visível, de fácil leitura e acesso ao público? (X) SIM      ( ) NÃO</p> <p>Observações/Providências: Está afixada no quadro de avisos.</p>
<b>22</b>	<p>É fornecido, independentemente de solicitação, recibo discriminado dos emolumentos percebidos? (X) SIM      ( ) NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>
<b>23</b>	<p>O atendimento aos usuários se dá em tempo de espera razoável e observa eventual norma municipal que disciplina o tempo de espera nas serventias extrajudiciais? (X) SIM      ( ) NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>
<b>24</b>	<p>São mantidos na Serventia as leis, regulamentos, resoluções, provimentos, regimentos, ordens de serviço e quaisquer outros atos que digam respeito à sua atividade (Art. 30, IV, da Lei nº 8.935/94), bem como as legislações mencionadas no art. 22, do CN - Tomo II? (X) SIM      ( ) NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>
<b>25</b>	<p>As dúvidas suscitadas são encaminhadas ao Juízo competente? (X) SIM      ( ) NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>
<b>26</b>	<p>A escrituração dos livros e documentos satisfaz às exigências legais (termos de abertura e encerramento, numeração e autenticação de folhas, ausência de rasuras, emendas, ressalvas etc., bem como a utilização do livro auxiliar (Prov. CNJ nº 149/2023 - arts. 42 a 51, e arts. 185 a 193) ? (X) SIM      ( ) NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>
<b>27</b>	<p>Existem práticas viciosas a serem coibidas? ( ) SIM      (X) NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>
<b>DEMAIS ASPECTOS DE FISCALIZAÇÃO EM RELAÇÃO AO DELEGATÁRIO E AO CARTÓRIO</b>	



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ**  
**CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA**

<b>28</b>	<p>Estrita observância quanto a cobrança dos emolumentos fixados para a prática dos atos do seu ofício, com a afixação da tabela em local de fácil acesso ao público? (X) SIM      ( ) NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>
<b>29</b>	<p>Guarda e manutenção dos livros, papéis e documentos do acervo do cartório em local salubre e sem presença de umidade? (X) SIM      ( ) NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>
<b>30</b>	<p>Adoção de sistemas de cópias de segurança, “backup” em mídia eletrônica, digital ou outro método hábil a sua preservação, abrangendo todos os livros obrigatórios, com periodicidade inferior a 30 (trinta) dias? (X) SIM      ( ) NÃO</p> <p>Observações/Providências: back up físicos e em nuvem, conforme item anterior especificado.</p>
<b>31</b>	<p>Capacidade técnica plena do escrevente substituto para, nas eventuais ausências ou impedimento, substituir o delegatário? (X) SIM      ( ) NÃO</p> <p>Observações/Providências: a Substituta não pe bacharem, ma tem pratica de 43 anos de cartorio e Thaniel é bacharelado em Direito.</p>
<b>32</b>	<p>Respeito ao princípio da territorialidade na prática dos atos? (X) SIM      ( ) NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>
<b>33</b>	<p>Respeito à vedação legal no funcionamento de sucursais do serviço? (X) SIM      ( ) NÃO</p> <p>Observações/Providências: Alega o titular que já aconteceu de bucar assinatura em outros local, mas excepcionalmente.</p>
<b>34</b>	<p>Existência e regularidade do Livro de Visitas e Correições (Prov. CNJ nº 149/2023, art.185, I)? (X) SIM      ( ) NÃO</p> <p>Observações/Providências: O livro estava em branco, e foi determinada a lavratura da ATA de Correição.</p>
<b>35</b>	<p>Existência e regularidade do Livro Diário Auxiliar da Receita e da Despesa (Prov. CNJ nº 149/2023, art. 185, II)? As despesas lançadas no livro resultam da prestação do serviço delegado, estando rigorosamente dentre aquelas autorizadas pelo art. 8º do Provimento 45/2015 da Corregedoria Nacional de Justiça (Prov. CNJ nº 149/2023, art. 8º, “a” a “m”)? Está sendo visado anualmente pelo Juízo Corregedor? (X) SIM      ( ) NÃO</p> <p>Observações/Providências: O livro permanece sem identificação correta dos atos praticados, em desacordo com a correição anteriormente realizada, demosntrando o descumprimento de determinação prévia desta corregeoria geral de Justiça.</p> <p>Tem-se como exemplo os atos praticados no dia 13/11/2023, 20/11/2023, 23/11/2023, repetndo-se e, todos os meses, onde constam escrituras publicas com valor declarado, sem identificação do ato, sendo impossivel identificar o ato praticado, pois não constam o número de página e livro e tampouco o número de protocolo no sistema e/ou do selo utilizado, impossibilitando a verificação.</p> <p>O descumprimento se trata de ato reiterado e que necessita apuração de auditoria pela SEPLAN.</p>
<b>36</b>	<p>Existência e regularidade do Livro Controle do Depósito Prévio, nos cartórios cujo serviço o admitam (Prov. CNJ nº 149/2023, art. 185, III)? (X) SIM      ( ) NÃO      ( ) INAPLICÁVEL</p> <p>Observações/Providências: Verificou-se que havia depositado um toal de R\$ 158.000,00 (cento e conqunta e oito mil reais) não convertidos em um período de maio a outubro de 2024, o que pareceu um valor elevado, devendo haver esclarecimento por escrito do titular sobre tal situação</p>



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ**  
**CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA**

<b>37</b>	<p>O Sistema Justiça Aberta Extrajudicial do Conselho Nacional de Justiça é alimentado com dados semestrais atualizados da serventia, do delegatário, arrecadação e repasses? (X) SIM ( ) NÃO</p> <p>Observações/Providências: verificado em correção.</p>
<b>38</b>	<p>O(A) Oficial(a) acessa diariamente o Processo Judicial Eletrônico das Corregedorias – PJeCOR, Malote Digital do Conselho Nacional de Justiça – CNJ e o E-mail Oficial disponibilizado pela Corregedoria, que são o meio de comunicação oficial entre os serviços notariais e de registro e entre estes e os órgãos do Poder Judiciário do Estado do Pará? ( X ) SIM ( ) NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>
<b>39</b>	<p>A Serventia possui registro de conteúdo eletrônico de todos os atos notariais e registrais de seu escritório, conforme determina o Provimento n.º 149/2023 (art. 149) do CNJ? (X) SIM ( ) NÃO</p> <p>Observações/Providências: Utiliza o sistema ACSIV. Existem contudo, pendências relevantes no CENSEC, cujos prazos de conclusão já findaram, devendo apresentar plano de ação de 15 (quinze) dias, com conclusão não superior a 90 (noventa) dias</p>
<b>40</b>	<p>A serventia oferece o serviço de cópias reprográficas? Qual o valor? (Verificar se a informação está ostensiva, pois é obrigatória e se os preços são módicos) ( ) SIM (X) NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>
<b>DA CORRETA UTILIZAÇÃO DOS SELOS DIGITAIS</b>	
<b>41</b>	<p>A serventia mantém sistema eletrônico compatível com os padrões definidos pelo código de normas para recepção dos atos praticados pelos sistemas de informação do Tribunal de Justiça e pela documentação de integração? (Pedir para ver o sistema) (X) SIM ( ) NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>
<b>42</b>	<p>Os selos de fiscalizações estão sendo utilizados, obedecendo-se a ordem cronológica? (Pedir para ver o sistema - não sendo obedecida, deve-se comunicar a CGJ para cancelamento de todos os selos fora de ordem, para não configurar quebra de sequência) (X) SIM ( ) NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>
<b>43</b>	<p>Os selos estão sendo inseridos eletronicamente na última folha dos atos praticados – art. 149 e 150 do Código de Normas, acompanhado do carimbo da serventia e do sinal público do responsável pelo ato, de modo que fique assegurada a plena visualização de todos os itens do Selo Digital? (Somente é permitida a impressão de etiquetas em atos que não comportem inclusão eletrônica, tais como autenticação, reconhecimento e dut do detran, e, nos demais atos, tais como certidões, escrituras, procurações e etc... verificar se o selo se encontra inserido eletronicamente na última folha do documento). (X) SIM ( ) NÃO</p> <p>Observações/Providências: todavia percebe-se que quando há mais de um selo utilizado deverão ser tantos selos quantos os utilizados, a fim de evitar discrepâncias de valores na escritura pública lavrada.</p>
<b>44</b>	<p>No caso da utilização de etiqueta autoadesiva, é lançado sobre parte da etiqueta aplicada ao documento o carimbo da Serventia e a rubrica do responsável ou de seu preposto, permanecendo sempre legível a numeração do Selo Digital utilizado. (art. 149 do Código do Código de Normas)? ( ) SIM ( ) NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>
<b>45</b>	<p>Os selos de fiscalização estão de acordo com os padrões definidos pelo Código de Normas e documentação de integração? (Tamanho, dados e informações – pedir para ver alguns selos utilizados) ( ) SIM (X) NÃO</p> <p>Observações/Providências: o QR CODE impresso em etiquetas é bastebte pequeno, causando má leitura do QR Code, devendo adequar junto ao sistema.</p>



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ**  
**CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA**

<b>46</b>	<p>Os atos selados estão sendo enviados imediatamente após suas conclusões, em documento html, ao sistema de informação do tribunal de justiça? ( ) SIM (X) NÃO</p> <p>Observações/Providências: somente ao final do dia.</p> <p><b>DETERMINAÇÃO: A TRANSMISSÃO TEM QUE SER FEITA IMEDIATAMENTE AO USO DO SELO, DE ACORDO COM A NORMATIVA DE REGENCIA.</b></p>
<b>47</b>	<p>A serventia possui pendência de declaração de selos utilizados? (Consultar o sistema – SIAE ou pedir informações prévias ao setor de arrecadação) (X) SIM ( ) NÃO</p> <p>Observações/Providências: De acordo com o relatório situacional apresentado pela seplan e encaminhado ao e-mail do Titular. <b>DETERMINAÇÃO: Providenciar a regularização.</b></p>
<b>48</b>	<p>A serventia ainda possui em seu acervo selos físicos pendentes de devolução ao Tribunal de Justiça? (Consultar previamente a divisão de arrecadação. Caso possua, deve proceder a imediata devolução ao TJ) ( ) SIM (X) NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>
<b>49</b>	<p>Como a serventia tem procedido quando da necessidade de proceder retificações e cancelamentos de selos? (A serventia deve solicitar autorização Corregedoria para cancelamento e retificação) (x) SIM ( ) NÃO</p> <p>Observações/Providências: Nunca tiveram casos.</p>
<b>50</b>	<p>A serventia está obedecendo a determinação do código de normas, no sentido de manter estoque de selos para, no mínimo, 10 (dez) dias, antes de solicitar nova compra, a fim de que os serviços não sofram descontinuidade e prejudique a população? (Alertar que a inobservância a essa regra configura infração disciplinar) (X) SIM ( ) NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>
<b>51</b>	<p>A serventia está cadastrando as partes envolvidas no ato, no momento da selagem, inclusive com RG e CPF? (X) SIM ( ) NÃO</p> <p>Observações/Providências: Com a utilização do selo eletrônico todos os atores dos atos são cadastrados.</p>
<b>52</b>	<p>Foi feita a conferência dos selos digitais impressos nos livros da serventia em comparação com a consulta pública pelo QR CODE ou pelo portal da TJ/PA, resultando na exata identificação entre os elementos de ambos (ato praticado, livro/folha/termo, valor dos emolumentos, encargos e valor total). ( X ) SIM ( ) NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>
<b>CERTIDÕES NEGATIVAS</b>	
<b>53</b>	<p>Em se tratando de serventia vaga, o responsável interino procede ao recolhimento de eventual quantia que, em sua renda líquida, exceda ao teto remuneratório de 90,25% do subsídio dos Ministros do Supremo Tribunal Federal, até o dia 10 do mês subsequente, apresentando o respectivo comprovante de pagamento, conforme art. 34 do Provimento Conjunto nº 02/2019-CJRMB/CJCI? ( ) SIM ( ) NÃO ( ) INAPLICÁVEL</p> <p>Observações/Providências:</p>
<b>54</b>	<p>Apresentou comprovação do correto recolhimento das taxas de fiscalização (FRJ e FRC)? ( ) SIM (X) NÃO</p> <p>Observações/Providências: Estão atrasados de acordo com o relatório situacional. <b>DETERMINAÇÃO: Regularizar em 15 (quinze) dias com os recolhimentos.</b></p>



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ**  
**CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA**

<b>55</b>	Apresentou Certidão Negativa de Débitos perante a Fazenda Pública Municipal pelo CPF do Delegatário e pelo CNPJ da Serventia? ( ) SIM (X) NÃO  Observações/Providências: Deve apresentar no prazo de 15 (quinze) dias
<b>56</b>	Apresentou Certidão Negativa de Débitos perante a Fazenda Pública Estadual pelo CPF do Delegatário e pelo CNPJ da Serventia? (X) SIM ( ) NÃO  Observações/Providências: Apresentada em Correição.
<b>57</b>	Apresentou cópia da última GPS (Guia da Previdência Social) e GFIP (Guia de Recolhimento do FGTS) , comprovando o uso do CEI (art. 17, II, b; e art. 19, II, g, Instrução Normativa RFB nº 971/2009)? ( ) SIM ( ) NÃO  Observações/Providências:
<b>58</b>	Apresentou Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT pelo CPF do Delegatário e pelo CNPJ da Serventia? (X) SIM ( ) NÃO  Observações/Providências: Apresentada em Correição
<b>59</b>	Apresentou Certificado de Regularidade do FGTS - CRF pelo CEI do Delegatário e pelo CNPJ da Serventia? (X) SIM ( ) NÃO  Observações/Providências: Apresentada em Correição
<b>60</b>	Apresentou Certidão Conjunta Negativa de Débitos relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União pelo CPF do Delegatário e pelo CNPJ da Serventia? ( ) SIM (X) NÃO  <b>Observações/Providências:</b> Apresentou apenas a certidão relativa ao CPF, faltando apresentar quanto ao CNPJ
<b>61</b>	Apresentou Comprovante de transmissão da DOI dos últimos 12 (doze) meses, com utilização de Certificado Digital do Titular da Serventia; (X) SIM ( ) NÃO ( ) INAPLICÁVEL  Observações/Providências:
<b>PROVIMENTO Nº 149/2023 CORREGEDORIA NACIONAL DE JUSTIÇA</b>	
<b>62</b>	O notário ou registrador implantou políticas, procedimentos e controles internos de prevenção à lavagem de dinheiro e ao financiamento do terrorismo no âmbito da serventia, bem como informou os dados do oficial de cumprimento no Sistema Justiça Aberta? (CNJ, Provimento 149/2023, art. 144) (X) SIM ( ) NÃO ( ) INAPLICÁVEL  Observações/Providências: O oficial de Cumprimento é o Substituto Thaniel de Melo
<b>63</b>	Havendo indícios da prática de crime de lavagem de dinheiro ou de financiamento do terrorismo, ou de atividades a eles relacionadas, é observado o prazo de um dia útil após o exame da operação ou proposta de operação para comunicação ao Coaf? (CNJ, Prov. n. 149/2023, art. 151, caput) (X) SIM ( ) NÃO ( ) INAPLICÁVEL  Observações/Providências:
<b>64</b>	O notário ou registrador, ou seu oficial de cumprimento, informa a CGJ-PA, até o dia 10 dos meses de janeiro e julho, a inexistência, nos 6 meses anteriores, de operação ou proposta suspeita passível de comunicação ao Coaf? (CNJ, Prov. n. 149/2023, art. 153) ( X ) SIM ( ) NÃO ( ) INAPLICÁVEL  Observações/Providências:





**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ**  
**CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA**

<b>65</b>	<p>O notário ou registrador, ou o oficial de cumprimento atende às requisições formuladas pelo Coaf e pelo CNJ na periodicidade, forma e condições por eles estabelecidas, com a preservação do sigilo das informações prestadas? (CNJ, Prov. n. 149/2023, art. 178)</p> <p><input type="checkbox"/> SIM    <input type="checkbox"/> NÃO <input checked="" type="checkbox"/> INAPLICÁVEL</p> <p>Observações/Providências: Nunca receberam requisições.</p>
<b>66</b>	<p>O notário ou registrador mantém cadastro dos envolvidos, inclusive representantes e procuradores, nos atos notariais protocolares e de registro com conteúdo econômico? (CNJ, Prov. n. 149/2023, art.145, caput)</p> <p><input checked="" type="checkbox"/> SIM    <input type="checkbox"/> NÃO <input type="checkbox"/> INAPLICÁVEL</p> <p>Observações/Providências: Através do sistema informatizado</p>
<b>67</b>	<p>O notário ou registrador mantém cadastro das pessoas físicas envolvidas, inclusive representantes e procuradores, nos atos notariais protocolares e de registro com conteúdo econômico, com todos os dados elencados no art. 145, § 1º do Prov. n. 149/2023, CNJ ?</p> <p><input checked="" type="checkbox"/> SIM    <input type="checkbox"/> NÃO <input type="checkbox"/> INAPLICÁVEL</p> <p>Observações/Providências: Através do sistema informatizado</p>
<b>68</b>	<p>O notário ou registrador mantém cadastro das pessoas jurídicas envolvidas, inclusive representantes e procuradores, nos atos notariais protocolares e de registro com conteúdo econômico, com todos os dados elencados no art. 145, § 2º do Prov. n. 149/2023, CNJ?</p> <p><input checked="" type="checkbox"/> SIM    <input type="checkbox"/> NÃO <input type="checkbox"/> INAPLICÁVEL</p> <p>Observações/Providências: Através do sistema informatizado</p>
<b>PROVIMENTO CNJ Nº 74/2018 – PADRÕES MÍNIMOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (ART. 206 DO PROV. CNJ 149/2023)</b>	
<b>69</b>	<p>A serventia apresentou laudo técnico certificando que está adequada aos padrões mínimos de segurança atendendo as exigências técnicas do Provimento nº 74/2018 do Conselho Nacional de Justiça?</p> <p><input type="checkbox"/> SIM    <input type="checkbox"/> NÃO</p> <p>Observações/Providências: Caso a serventia não apresente laudo técnico, devem ser preenchidos integralmente os itens abaixo:</p>



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ**  
**CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA**

70

Em relação aos parâmetros definidos no Provimento 74/CNJ, a serventia está enquadrada em que classe?

- classe 1 (arrecadação de até R\$ 100.000,00 por semestre)  
 classe 2 (arrecadação de R\$ 100.000,00 a R\$ 500.000,00 por semestre)  
 classe 3 (arrecadação superior a R\$ 500.000,00 por semestre)  
OBS – 1. Informações disponíveis no site da Corregedoria de Justiça

Possui rede elétrica devidamente aterrada?

SIM  NÃO

Observação:

Possui nobreak compatível com os servidores instalados, com autonomia de pelo menos 30 minutos?

SIM  NÃO

Observação:

Link de comunicação de dados megabits:\*

2 Megabits  5 Megabits  10 Megabits  Mais de 10 Megabits

Observação: 300 MB

Existe um link de redundância de 250 mb.

Possui local técnico isolado dos demais ambientes (alvenaria ou divisórias), com restrição de acesso por chave?

SIM  NÃO

Observação: Esta localizado dentro do Arquivo do RCPN, dispostos na parte superior sem esta em local próprio com acesso por chave.

**DETERMINAÇÃO:** Adequar ao Provimento 74 do CNJ, com a concentração em um unico espaço nos termos do Provimento.

Possui local com refrigeração compatível com a quantidade de equipamentos e metragem?

SIM  NÃO

Observação: mesmo local do arquivo do RCPN

Possui dispositivo de armazenamento (storage):

inexistente  físico  virtual

Observação: HD principal do servidor, e mais um HD secundário, dentro do servidor, com *back up* diário na estação de trabalho de outro servidor.

Possui serviço de cópias de segurança na internet (backup em nuvem)?

SIM  NÃO

Observação: Nuvem do Google Drive, feita em tempo real.

Possui servidor com sistema de alta disponibilidade que permita a retomada do atendimento à população em até 15 minutos após eventual pane do servidor principal?

SIM  NÃO

Observação:

Possui impressoras e scanners (multifuncionais)?

SIM  NÃO

Quantos? (especificar)

Observação:

Possui switch para a conexão de equipamentos internos?

SIM  NÃO

Observação:

Possui roteador para controlar conexões internas e externas?

SIM  NÃO

Observação:

Possui softwares licenciados para uso comercial?

SIM  NÃO. Especificar

Observação:

Possui software antivírus e antissequestro?

SIM  NÃO

Observação: Karpensky (antivirus e antissequestro)



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ**  
**CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA**

	<p>Possui firewall? (X) SIM ( ) NÃO Observação: do proprio antivurs</p> <p>Possui proxy? (X) SIM ( ) NÃO Observação: do proprio antiviros (transparente)</p> <p>Possui banco de dados? (X) SIM ( ) NÃO Observação:</p> <p>Quantos funcionários do cartório treinados na operação do sistema e das cópias de e segurança ou de empresa contratada que preste o serviço de manutenção técnica com suporte? Observação: Apenas 1 servidor externo que presta serviço</p> <p><b>RECOMENDAÇÃO:</b> DE ACORDO COM O ROVIMENTO 74, AS SERVENTIAS DE CATEGORIA 3, DEVEM TER PELO MENOS TRES FUNCIONÁRIOS RESPONSÁVEIS</p>
<b>PROVIMENTO CNJ 149/2023 E CGJ Nº 10/2021 - TRATAMENTO E PROTEÇÃO DOS DADOS PESSOAIS - LGPD</b>	
<b>71</b>	<p>A serventia mantém, em sua unidade, um sistema de controle do fluxo abrangendo a coleta, tratamento, armazenamento e compartilhamento de dados pessoais, até a restrição de acesso futuro? ( ) SIM (X) NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>
<b>72</b>	<p>A serventia mantém, em sua unidade, política de privacidade que descreva os direitos dos titulares de dados pessoais, de modo claro e acessível, os tratamentos realizados e a sua finalidade? ( ) SIM (X) NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>
<b>73</b>	<p>A serventia já indicou o Encarregado de Proteção de Dados Pessoais, mantendo, em sua unidade, um canal de atendimento adequado para informações, reclamações e sugestões ligadas ao tratamento de dados pessoais, com fornecimento de formulários para essa finalidade (art. 84, I e art. 88 do Provimento CNJ 149/2023)? ( ) SIM (X) NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>
<b>74</b>	<p>A serventia mantém, em sua unidade, em local de fácil visualização e consulta pelo público, bem como em seus meios de comunicação, as medidas sobre o cumprimento da lei de proteção de dados, divulgando as informações básicas a respeito dos dados pessoais e procedimentos de tratamento, os direitos dos titulares dos dados, o canal de atendimento disponibilizado aos titulares de dados para que exerçam seus direitos e os dados de qualificação do encarregado, com nome, endereço, e meios de contato? ( ) SIM (X) NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>
<b>75</b>	<p>A serventia mantém em sua unidade formulário para terceiros preencherem e assinarem o requerimento para obtenção de informações? ( ) SIM (X) NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p> <p>Obs. A SERVENTIA NÃO ADOTOU NENHUMA PROVIDENCIA SOBRE A APLICAÇÃO DA LGPD, O QUE JA HAVIA SIDO DETERMINADO NA CORREIÇÃO ANTERIOR.</p> <p><b>DETERMINAÇÃO:</b> NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, ADOTAR O CUMPRIMENTO DO PROVIMENTO 10/2021 E 134 DA CORREGEDORIA NACIONAL,</p>
<b>PROVIMENTO CNJ 149/2023 – CNJ</b> <b>(SISTEMA ELETRÔNICO DE REGISTROS PÚBLICOS)</b>	



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ**  
**CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA**

<b>76</b>	<p>A Serventia está integrada tecnologicamente ao SERP – Sistema Eletrônico de Registros Públicos, instituído pela Lei nº 14.382 de 27.06.2022? (A total integração entre os Operadores Nacionais – ON – RCPN, ON-TDPJ e ONR ao ONSERP deve ocorrer em até 90 dias, contados de 03.02.2023)</p> <p>(X) SIM    ( ) NÃO</p> <p>Observações/Providências: FALTA INTEGRAR OS REGISTROS AO CRC, FALTANDO DE 2018 PARA TRÁS.</p> <p>DEVE APRESENTAR PLANO DE AÇÃO EM 30 (TRINTA) DIAS ATE 120 (CENTO VINTE) PARA SANEAR DIAS.</p>
<b>TÓPICO DE ENCERRAMENTO</b>	
<b>78</b>	<p>Foram sanadas todas as irregularidades apontadas no relatório da inspeção realizada no ano anterior?</p> <p>( ) SIM    (X) NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>
<b>79</b>	<p>Outras observações: NÃO FOI IMPLANTADA A LGPD</p> <p>O LIVRO DIARIO AUXILIAR NÃO ESTA CORRETAMENTE ESCRITURADO.</p>

**RELATÓRIO DE CORREICÃO – TABELIONATO DE NOTAS**

<b>TABELIONATO DE NOTAS</b>	
<b>1</b>	<p>A Serventia possui todos os livros próprios das atribuições de Tabelionato de Notas, conforme legislação em vigor?</p> <p>(X) SIM ( ) NÃO</p> <p>Observações/Providências: faz substabelecimento no livro de procuração</p>
<b>2</b>	<p>Mantém arquivadas as certidões e os documentos necessários à lavratura de escrituras relacionadas às transações imobiliárias, consoante o disposto na Lei Federal 7.433/85 e Decreto 93.240/86?</p> <p>( ) SIM    (x) NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p> <p>Durante a Correição, foi solicitada a documentação que deu ensejo à escritura de Cessão de Direitos de Promessa de Compra e Venda lavradas às fls 62/101 do Livro 51-N referente a imóvel rural denominado Igrejinha I, localizado no município de Moju, com área de 4.420,4612 ha. e nao foi localizada.</p>
<b>3</b>	<p>Mantém fichário de cartões de autógrafo?</p> <p>(X) SIM    ( ) NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>
<b>4</b>	<p>No reconhecimento de firmas, dentre os requisitos exigidos, tem sido mencionada a sua espécie (autenticidade ou semelhança), bem como o nome do signatário por extenso e de modo legível, inclusive quando houver mais de uma assinatura?</p> <p>(X) SIM    ( ) NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>
<b>5</b>	<p>É observada a vedação do reconhecimento de firma em documentos sem data, pós-datado, incompleto ou que contenha espaços em branco?</p> <p>(X) SIM    ( ) NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ**  
**CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA**

<b>6</b>	<p>Decorrido o prazo de 30 (trinta) dias da data da lavratura, a escritura não assinada pelas partes faltantes é tornada sem efeito? ( ) SIM ( x ) NÃO Observações/Providências: na data da correição, foram encontradas duas escrituras de 09.08.2024, no livro 51, sem assinatura do procurador, sem que tenha sido tornada sem efeito.</p>
<b>7</b>	<p>O tabelião, substituto ou escrevente, bem como as demais pessoas que comparecem aos atos, rubricam todas as folhas utilizadas? As rubricas são colhidas na margem que não é destinada à encadernação? ( ) SIM ( x ) NÃO Observações/Providências: diversos atos sem assinatura do tabelião ou do tabelião substituto</p>
<b>8</b>	<p>Nos livros de folhas soltas, logo que concluídos, são lavrados os termos de encerramento, com posterior encadernação (art. 87, § 2º do Código de Normas)? (X) SIM ( ) NÃO Observações/Providências:</p>
<b>9</b>	<p>A Serventia já está integrada no Sistema de Atos Notarias Eletrônicos – e-Notariado, nos termos pelo Provimento 149/2023-CNJ? (X) SIM ( ) NÃO Observações/Providências:</p>
<b>10</b>	<p>A Serventia já instituiu a matrícula notarial eletrônica, nos termos do art. 295 do Provimento 149/2023-CNJ? (X) SIM ( ) NÃO Observações/Providências:</p>
<b>11</b>	<p>Remete ao CENSEC, até o 15º (décimo quinto) dia de cada mês subsequente ao da lavratura, relação dos inventários, partilhas, separações, divórcios, testamentos e suas revogações realizadas no mês anterior e demais determinações dos Provimentos nº 149/2023 e nº 56/2016 do CNJ? ( ) SIM (X) NÃO Observações/Providências da serventia: Os testamentos estão em dia. CGJ: NA DATA DA CORREIÇÃO, ESTAVA PENDENTE A ALIMENTAÇÃO DA 2ª QUINZENA DE SETEMBRO/2024. MANUSEANDO O LIVRO DE TESTAMENTO EM USO, VERIFIQUEI QUE O ASSENTO DA FOLHA 1 NAO FOI ASSINADO PELO TABELIÃO. <b>O ASSENTO DA FOLHA 08/09-V ENCONTRA-SE RASURADO</b> Quantidade testamentos lavrados: 7 - e-notariado- 1/residentes em castanhal – 3/santa izabel – 1/belem – 3 (sendo 1 e-notariado)</p>
<b>12</b>	<p>Preenche, obrigatoriamente, antes da assinatura do ato, ficha padrão ou cartão de autógrafo das partes que pratiquem atos translativos de direitos, de outorga de poderes, de testamento ou de relevância jurídica? ( ) SIM (X) NÃO Observações/Providências: não. Foi verificado no testamento de ACS, e o substituto mencionou nao saber da obrigatoriedade</p>
<b>13</b>	<p>O Livro de Registro de Assinaturas para Reconhecimento de Firma Autêntica ou Verdadeira contém todos os elementos constantes do Capítulo XII do CN (Provimento Conjunto nº 02/2019-CJRMB/CJCI)? (X) SIM ( ) NÃO Observações/Providências:</p>
<b>14</b>	<p>O tabelião informa ao Colégio Notarial do Brasil, em até 15 dias, os dados para alimentação ou atualização dos dados que compõem o Cadastro Único de Clientes do Notariado (CCN)? (CNJ, Prov. n. 149/2023-CNJ) ( ) SIM (X) NÃO Observações/Providências: recomendar</p>
<b>15</b>	<p>Observa rigorosamente as formalidades necessárias à lavratura de testamentos, conforme disposto no artigo 20, § 4º, a Lei nº 8.935/1994 c/c artigo 1.864 e seguintes do Código Civil, (X) SIM ( ) NÃO Observações/Providências:</p>



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ**  
**CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA**

<b>16</b>	<p>O tabelião consulta a base de dados do Cadastro Único de Beneficiários Finais, com a complementação das informações com outras que puder extrair dos documentos disponíveis, para os fins de identificação do beneficiário final da operação? (CNJ, Prov. n. 149/2023, art. 167, § 3º)</p> <p><input type="checkbox"/> SIM    <input type="checkbox"/> NÃO</p> <p>Observações/Providências: monica ver</p>
<b>17</b>	<p>Existem pendências na central (CENSEC), nos diversos módulos, quanto a alimentação sobre escrituras e procurações públicas lavradas ou informação negativa da prática destes atos? (CNJ, Prov. 149/2023)</p> <p><input checked="" type="checkbox"/> SIM    <input type="checkbox"/> NÃO</p> <p>Observações/Providências: na data da correição, existiam 300 pendencias no CEP, 325 CESDI e 1 RCTO</p>
<b>18</b>	<p>Existem pendências na central (CENSEC), nos diversos módulos, quanto a carga das informações dos atos notariais já lavrados, realizada regressivamente? (CNJ, Prov. 149/2023)</p> <p><input checked="" type="checkbox"/> SIM    <input type="checkbox"/> NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>
<b>19</b>	<p>A serventia extrajudicial cumpre os arts. 7º e 14 do Provimento 39 do CNJ, efetuando consulta o banco de dados da Central Nacional de Indisponibilidade de Bens – CNIB, consignando no ato notarial o resultado da pesquisa e o respectivo código gerado (hash), no desempenho regular de suas atividades e para a prática dos atos de ofício?</p> <p><input checked="" type="checkbox"/> SIM    <input type="checkbox"/> NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>
<b>20</b>	<p>Nos últimos três meses a Serventia formalizou alguma Escritura Pública de área rural a pessoa física ou jurídica estrangeira, assim considerada nos termos da legislação em vigor? Nelas, tem sido observadas as exigências do art. 9º e seu parágrafo único da Lei Federal n. 5.709/71, bem como o Decreto 74.965/74?</p> <p><input type="checkbox"/> SIM    <input checked="" type="checkbox"/> NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>
<b>21</b>	<p>É observado o disposto no artigo 8º, §3º, da Lei Federal nº 5.868/1972 nas escrituras públicas envolvendo imóvel rural, que não podem possuir área menor que o módulo rural previsto para a região?</p> <p><input checked="" type="checkbox"/> SIM    <input type="checkbox"/> NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>
<b>22</b>	<p>É observado o disposto no artigo 4º, inciso II, da Lei Federal nº 6.766/1979 nas escrituras públicas envolvendo imóvel urbano, que não podem possuir área menor que 125m² (cento e vinte e cinco metros quadrados)?</p> <p><input checked="" type="checkbox"/> SIM    <input type="checkbox"/> NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>
<b>23</b>	<p>Em caso de imunidade tributária, isenção ou não incidência do tributo está sendo mencionado na escritura o dispositivo constitucional ou legal que autoriza ou, se for o caso, referida a certidão expedida pela autoridade fiscal competente sobre o fato, conforme determina o art. 5º do Provimento n. 008/2002 - CGJ?</p> <p><input checked="" type="checkbox"/> SIM    <input type="checkbox"/> NÃO</p> <p>Observações/Providências: nao identificado</p>
<b>24</b>	<p>A serventia fiscaliza o recolhimento dos tributos incidentes sobre os atos lavrados?</p> <p><input checked="" type="checkbox"/> SIM    <input type="checkbox"/> NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>
<b>25</b>	<p>Qual o último acesso realizado à Central Nacional de Indisponibilidade de Bens – CNIB? (CNJ, Prov. n. 39/2014)</p> <p>15/10/2024</p> <p>Observações/Providências:</p>



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ**  
**CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA**

<b>26</b>	Os tabelionatos de notas do Estado do Pará estão cumprindo integralmente as disposições do Provimento 164/2024 do CNJ, referente à Autorização Eletrônica de Doação de Órgãos, Tecidos e Partes do Corpo Humano (AEDO), por meio do módulo específico do e-Notariado? Há cobrança de emolumentos sobre o serviço? (X) Sim ( ) Não Observações/Providências: Não foi cobrado emolumentos
<b>27</b>	Foram sanadas todas as irregularidades apontadas no relatório da correição realizada anterior? (X) SIM ( ) NÃO Observações/Providências:
<b>28</b>	Providências a serem adotadas: Termos de abertura não assinados, cf se verifica no livro 52 de escritura, já finalizado, 51-n, 18-p Mtos atos lavrados sem assinatura do tabelião Tornar sem efeito as escrituras folhas 34 a 36-v e 37 a 40, que estão sem assinatura do procurador No livro 51, as escrituras das folhas 224 e 229 estão duas vezes no livro

**RELATÓRIO DE CORREIÇÃO - REGISTRO CIVIL DE PESSOAS NATURAIS**

<b>REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS</b>	
<b>1</b>	Mantém arquivados os documentos necessários à lavratura dos atos de seu ofício? (X) SIM ( ) NÃO  Observações/Providências: São mantidos em arquivo físico.
<b>2</b>	Todos os livros da serventia contêm as assinaturas, rubricas, números de páginas e termos de abertura e encerramento obrigatórios aos atos e à escrituração? (X) SIM ( ) NÃO  Observações/Providências: verificado nos livros Livro A76, Livro B-Auxiliar 10 e Livro C 05
<b>3</b>	São feitas as remissões recíprocas e encaminhadas as comunicações com resumo do assento, dos registros ou averbações levadas a efeito na Serventia, ao oficial em cujo cartório estiverem os registros primitivos, no prazo de cinco dias, consoante o disposto nos arts. 106 e 107 da Lei Federal 6.015/73? (X) SIM ( ) NÃO  Observações/Providências: Através do CRC
<b>4</b>	São feitas as anotações nos atos anteriores das comunicações recebidas de outras serventias no prazo de cinco dias consoante disposto no arts. 106 e 107 da Lei Federal 6.015/73? (X) SIM ( ) NÃO  Observações/Providências: Sim, recebidas pela CRC.
<b>5</b>	Os editais de proclamas de casamento são afixados em local ostensivo da Serventia e publicados na imprensa local, consoante o disposto no art. 67, §1º, da Lei Federal 6.015/73? (X) SIM ( ) NÃO  Observações/Providências: E-proclamas e afixação.



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ**  
**CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA**

<b>6</b>	<p>É mantida rigorosamente atualizada a escrituração do Livro “D – de registro de proclamas”, prevista nos arts. 33, inc. VI, e 43, ambos da Lei Federal 6.015/73? (X) SIM      ( ) NÃO</p> <p>Observações/Providências: Livro D11</p>
<b>7</b>	<p>Há juiz de paz na serventia? Como é feita sua remuneração? (X) SIM      ( ) NÃO</p> <p>Observações/Providências: Além do salário de escrevente, ainda recebe o valor de R\$ 10,00 por casamento celebrado no cartório e R\$ 50,00 por casamento celebrado fora do cartório.</p>
<b>8</b>	<p>É observada a territorialidade para a lavratura dos assentos de nascimento (lugar em que tiver ocorrido o parto ou no lugar da residência dos pais), conforme dispõe o art. 50, caput, da Lei Federal 6.015/73? (X) SIM      ( ) NÃO</p> <p>Observações/Providências: verificado o Livro 77.</p>
<b>9</b>	<p>É observada a territorialidade para a lavratura dos assentos de casamento (distrito de residência de ao menos um dos nubentes), conforme dispõe o art. 67, caput, da Lei Federal 6.015/73? (X) SIM      ( ) NÃO</p> <p>Observações/Providências: verificado o B40</p>
<b>10</b>	<p>É observada a territorialidade para a lavratura dos assentos de óbitos (lugar do falecimento ou no lugar de residência do <i>de cujus</i>), conforme dispõe o art. 77, caput, da Lei Federal 6.015/73? (X) SIM      ( ) NÃO</p> <p>Observações/Providências: verificado no Livro C5.</p>
<b>11</b>	<p>O registro tardio de nascimento é feito no lugar de residência do interessado mediante requerimento, impressão datiloscópica e fotografia do registrando, com 2 (duas) testemunhas devidamente qualificadas e entrevistadas pelo Oficial e demais requisitos do Provimento nº 149/2023 do Conselho Nacional de Justiça? (X) SIM      ( ) NÃO</p> <p>Observações/Providências: Não instruíra o processo com foto do requerente, mas se comprometeu a fazê-lo</p>
<b>12</b>	<p>São encaminhadas ao Juiz competente as certidões de registro de nascimento onde foi estabelecida apenas a maternidade, consoante o disposto no art. 2º da Lei Federal 8.560/92? (X) SIM      ( ) NÃO</p> <p>Observações/Providências: Deve ser orientada a encaminhar pelo Sistema PJE, assim como todos os demais procedimentos de consulta e dúvida. (classe 123 – averiguação de paternidade/assunto 5804 – investigação de paternidade)</p>
<b>13</b>	<p>Finalizado o procedimento de alteração de nome previsto nos artigos 55 e 56 da Lei 6015/73, têm sido feitas as comunicações necessárias aos órgãos de identificação civil e TSE, preferencialmente por meio eletrônico? (X) SIM      ( ) NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>
<b>14</b>	<p>Está sendo cumprido o Provimento CNJ nº 149/2023 quanto aos itens abaixo?</p> <ul style="list-style-type: none"><li>- prestar as informações suficientes para individualizar a pessoa requerente (nome anterior, nome atualizado, nome dos pais, data de nascimento, documento de identidade e CPF), em documento cuja</li></ul>





**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ**  
**CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA**

	<p>autenticidade possa ser verificada; (X) SIM ( ) NÃO</p> <p>- informar à pessoa interessada que a retificação do seu prenome no Cadastro Eleitoral deverá ser por ela requerida à Justiça Eleitoral, mediante operação de revisão, o que é indispensável para possibilitar que certidões eleitorais e o caderno de votação contemplem o nome atual (X) SIM ( ) NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>
15	<p>Encontram-se afixadas, nas dependências da serventia, em local de grande visibilidade, que permita fácil leitura e acesso ao público, informações claras sobre a gratuidade para a lavratura dos assentos de nascimento e de óbito, bem como pela emissão das respectivas primeiras certidões, conforme disposto no art. 30, §3º-C, da Lei Federal 6.015/73? (X) SIM ( ) NÃO</p> <p>Observações/Providências: A lei que dispõe sobre a gratuidade de casamento encontra-se emoldurada em um quadro, mas não é de fácil visualização. Tais informações também encontram-se disponíveis em uma televisão, em que serão feitos vários avisos, que não ficam de forma fixa. Fazer recomendação.</p>
16	<p>É observado o sistema de plantão nos sábados, domingos e feriados, conforme art. 4º, §1º, da Lei Federal 8.935/94? Possui aviso ao público do horário e local do plantão da serventia? ( ) SIM (X) NÃO</p> <p>Observações/Providências: O 2º Ofício de Castanhal tem se encarregado dos plantões.</p>
17	<p>Nos assentos de nascimento e óbito é obedecida pelo registrador, a grafia correta no nome dos registrandos, bem como é observada a vedação legal de registro de prenomes que exponham ao ridículo? (X) SIM ( ) NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>
18	<p>Antes da lavratura de qualquer registro de nascimento, a serventia realiza consulta prévia à Central de Informações de Registro Civil das Pessoas Naturais - CRC, a fim de verificar a existência de registro de nascimento lavrado com o mesmo número de Declaração de Nascido Vivo-DNV, conforme Recomendação nº 43/CNJ/2019? (X) SIM ( ) NÃO</p> <p>Observações/Providências: Tanto nascimento como óbito.</p>
19	<p>Está sendo obedecido o prazo de 48h (quarenta e oito horas) para encaminhamento dos dados registrais das pessoas em estado de vulnerabilidade socioeconômica, para os Institutos de Identificação, para efeito de emissão de registro de identidade, nos termos do Provimento 149/2023 -CNJ? ( ) SIM (X) NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>
20	<p>Os registros de nascimento e os assentos de óbitos contêm os requisitos exigidos, respectivamente, dos arts. 54 e 80 da Lei Federal n. 6.015/73, bem como seguem os padrões mínimos definidos pelo Provimento 63/2017- CNJ e Provimento 149/2023-CNJ? (X) SIM ( ) NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ**  
**CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA**

<b>21</b>	A Serventia formaliza a notificação ao Juiz Corregedor Permanente, Ministério Público e/ou Polícia em caso de registros de nascimento quando a mãe é menor de 14 anos? ( ) SIM ( ) NÃO Observações/Providências: Sem ocorrência até então.
<b>22</b>	São atendidas as determinações do Provimento nº 149/2023 do CNJ que instituiu a Central de Registro Civil – CRC, quanto às digitalizações, alimentação, pedidos de certidões e encaminhamento das comunicações dos registros e averbações feitos na serventia? (X) SIM ( ) NÃO Observações/Providências:
<b>23</b>	O acervo da serventia está digitalizado e integrado aos sistemas CRC e SIRC? ( ) SIM ( ) NÃO Observações/Providências: Digitalização dos livros do Registro Civil está completa. O lançamento dos registros no CRC e SIRC está em andamento. Foi informado que a meta é regularizar as pendências até o final do ano. Juntada consulta do sistema em janeiro de 2025 que indica pendências.
<b>24</b>	São encaminhadas as comunicações mensais ao INSS, IBGE, Junta de Serviço Militar do Município, Secretaria de Saúde, Justiça Eleitoral, DETRAN e demais repartições e autoridades, consoante disposto no art. 49 da Lei Federal 6.015/73? (X) SIM ( ) NÃO Observações/Providências:
<b>25</b>	Foram sanadas todas as irregularidades apontadas no relatório da inspeção realizada no ano anterior?(X) SIM ( ) NÃO Observações/Providências:
<b>26</b>	A serventia está cumprindo as disposições do Provimento 149/2023-CNJ que trata sobre o cadastro, no Justiça Aberta, das unidades interligadas em funcionamento nos hospitais e maternidades? ( ) SIM (x) NÃO Observações/Providências:
<b>27</b>	Providências a serem adotadas:

**Considerações da equipe de correição:**

Considerando o relatório final da correição ordinária realizada na serventia do Cartório do Apeú – Comarca de Castanhal, datado de 17 de outubro de 2024, que apontou as seguintes pendências e irregularidades a serem sanadas:

Em relação ao relatório comum a todas as atribuições:

1. **Livro Diário Auxiliar da Receita e Despesa:** Não está devidamente escriturado, em desacordo com determinações anteriores. Atos praticados em datas específicas (13/11/2023, 20/11/2023, 23/11/2023) carecem de identificação do livro, página, protocolo e selo. **Determinação:** Regularizar



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ**  
**CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA**

---

a escrituração do Livro Diário Auxiliar, observando todas as exigências do Provimento CNJ nº 149/2023. Prazo: 30 (trinta) dias.

**Determinação Adicional:** Determinar a inspeção da Secretaria de Planejamento na serventia para verificar a regularização do Livro Diário Auxiliar.

2. **Apresentação do Livro de Registro de Empregados:** Apresentar o PDF de todos os colaboradores pelo contador. **Determinação:** prazo de 15 (quinze) dias.

3. **Controle de Depósitos Prévios:** • Valor elevado depositado (R\$ 158.000,00), sem esclarecimentos adequados. **Determinação:** Apresentar justificativa por escrito detalhando a situação no prazo de 15 (quinze) dias. **Determinação Adicional:** comunicar a Secretaria de Planejamento, para verificação.

4. **Transmissão de Selos Digitais:** • Envio dos atos selados ao sistema do Tribunal de Justiça apenas ao final do dia, em desacordo com as normas vigentes. **Determinação:** Garantir a transmissão imediata dos atos selados após sua conclusão. Prazo: imediato.

5. **Certidões Negativas de Débitos:** • Ausência de apresentação de certidões negativas perante a Fazenda Municipal e da certidão relativa ao CNPJ da serventia. **Determinação:** juntar aos autos no prazo de 15 dias.

6. **Adequação à LGPD:** Falta de adoção de medidas previstas na Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (Política de Privacidade, Encarregado de Proteção de Dados, entre outros). **Determinação:** Implantar as medidas exigidas pelo Provimento 134/2023 no prazo de 30 (trinta) dias, efetuando a respectiva comprovação

7. **Adequação ao Provimento CNJ nº 74/2018:** Ausência de local técnico para armazenamento de equipamentos e dados com acesso restrito. • Insuficiência de profissionais treinados para operação dos sistemas e cópias de segurança. **Determinação:** Concentrar equipamentos em local técnico e formar equipe com no mínimo três colaboradores qualificados para manutenção técnica. Prazo: 60 (sessenta) dias.

8. **Integração ao SERP:** Registros anteriores a 2018 ainda não integrados ao Sistema Eletrônico de Registros Públicos. **Determinação:** Apresentar plano de ação para sanear as pendências em 30 (trinta) dias e concluir em até 120 (cento e vinte) dias.

9. **Presença do Oficial na Serventia:** A presença do oficial não é constante, sendo substituída por contato por videoconferência. **Recomendação:** Garantir maior presença física na serventia, limitando o uso de videoconferência a situações excepcionais. Prazo: Imediato.

10. **Respeito à Territorialidade da Serventia:** Alega-se que já ocorreu a coleta de assinatura fora da serventia, em caráter excepcional. **Determinação:** Observar estritamente o princípio da territorialidade. A coleta de assinaturas deve ser realizada exclusivamente na sede da serventia e, em caso de coleta fora do imóvel, apenas para pessoas do Município de Castanhal do qual integra



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ**  
**CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA**

---

a Vila de Apeú. Não se admite a colheita de assinaturas fora do município, sob pena de responsabilidade. Prazo: Imediato.

11. **Pendência de Declaração de Selos Utilizados:** Conforme relatório situacional apresentado pela SEPLAN e encaminhado ao titular, há pendência na declaração de selos utilizados. **Determinação:** Providenciar a regularização imediatamente.

12. **Outras Providências:** Regularização das taxas de fiscalização (FRJ e FRC) em atraso. Prazo: 15 (quinze) dias.

Em relação ao relatório de Tabelionato de Notas:

1. **Quanto às escrituras não assinadas:** Tornar sem efeito as escrituras constantes nas folhas 34 a 36-v e 37 a 40 do Livro 51, que estão sem assinatura das partes. **Determinação:** adotar procedimento para que os atos sejam assinados dentro do prazo legal. Prazo: imediato, devendo fazer a respectiva comprovação.

2. **Regularização das assinaturas:** proceder à assinatura dos termos de abertura e encerramento dos livros em uso pela serventia, bem como dos atos lavrados sem assinatura do tabelião ou tabelião substituto, além da obrigação de rubricar todas as folhas. Adotar rotina para saneamento e correção desta prática. **Prazo:** imediato

3. **Quanto ao Arquivamento de documentos:** Manter em arquivo as documentações que deram ensejo aos atos lavrados. Prazo: Imediato

a) Em relação a escritura de Cessão de Direitos de Promessa de Compra e Venda lavrada nas folhas 62/101 do Livro 51-N, referente ao imóvel rural "Igrejinha I", prestar informações sobre a ausência dos documentos que deram ensejo, inclusive sobre informações sobre o não enquadramento da matrícula do imóvel nos Provimentos 13/2006-CJCI e 02/2010-CJCI. Prazo: 15 dias

4. **Quanto à escrituração dos atos:**

a) Sanar as irregularidades verificadas no Livro de Testamentos, especialmente quanto à ausência de assinatura no assento da folha 1 e, quanto às rasuras no assento das folhas 8 e 9-v, deve prestar informações a esta Corregedoria de Justiça no **prazo** de 30 dias;

b) Verificar a presença de folhas repetidas nos livros, cf verificado no livro 51, as escrituras das folhas 224 e 229. **Determinação:** Prestar informações no **prazo de 15 dias**, informando rotinas adotadas para saneamento das falhas identificadas

5. **Pendências na CENSEC:** Na data da Correição, foram identificadas pendências de alimentação da Central Nacional de Serviços Eletrônicos Compartilhados (CENSEC), incluindo os módulos CEP (300 pendências), CESDI (325 pendências) e RCTO (1 pendência). Na data da elaboração do relatório, porém, as pendências já haviam aumentado, totalizando 321 no CEP, 302 no CESDI, 5 no RCTO e 65 no CTP, como consta em novo relatório extraído. Ou seja, as pendências, que já deveriam ter sido resolvidas, na verdade, aumentaram. Cumpre destacar que não há mais justificativas para existência de atrasos dessa ordem, especialmente numa serventia de



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ**  
**CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA**

---

classe 3 de arrecadação. É determinação já frequente desta Corregedoria de Justiça desde que o sistema foi implantado. **Determinação:** apresentar plano de ação no prazo de 15 dias, com conclusão de saneamento das pendências não superior a 90 dias.

**6. Fichas de autógrafo: Determinação:** a) Implementar o preenchimento obrigatório das fichas padrão ou cartões de autógrafo das partes que pratiquem atos de relevância jurídica, nos termos do art. 20 do Código de Normas e do Provimento n.º 149/2023.

**7. Cadastro Único de Clientes do Notariado (CCN): Determinação:** Informar regularmente ao Colégio Notarial do Brasil os dados para alimentação ou atualização do CCN, conforme art. 166 e seguintes do Provimento n.º 149/2023 do CNJ. **Prazo:** de 15 dias

**8. Central de Indisponibilidade de Bens (CNIB): Determinação:** Manter atualizadas as consultas à Central Nacional de Indisponibilidade de Bens (CNIB) e consignar nos atos notariais os códigos gerados, conforme arts 320 do Provimento n.º 149/2023 do CNJ.

**Em relação ao Relatório de Registro Civil de Pessoas Naturais**

1. **Afixação de informações sobre gratuidade:** Recomenda-se que as informações relativas à gratuidade para lavratura dos assentos de nascimento e de óbito, bem como à emissão das respectivas primeiras certidões, sejam dispostas em local de fácil visualização. O mesmo deve ser observado para as normas de gratuidade de casamento. **Prazo: 15 dias.**

2. **Sistema de plantão:** Deve ser implementado sistema de plantão aos sábados, domingos e feriados, conforme previsto no art. 4º, §1º, da Lei nº 8.935/94, com aviso ao público sobre os horários e locais de atendimento. **Prazo: 30 dias.**

3. **Remuneração do Juiz de Paz:** Deixar expressamente consignado que a remuneração do Juiz de Paz (R\$ 10,00 por casamento celebrado no cartório e R\$ 50,00 por casamento celebrado fora do cartório) é de responsabilidade exclusiva da serventia, jamais recaindo sobre os nubentes. **Prazo: Imediato**

4. **Encaminhamento de dados registrais para identificação civil:** Regularizar o encaminhamento dos dados registrais de pessoas em estado de vulnerabilidade socioeconômica aos Institutos de Identificação, no prazo de 48 horas, conforme Provimento 149/2023 do CNJ. **Prazo: 15 dias.**

5. **Finalização da digitalização e integração de registros:** Concluir a digitalização dos registros e integração ao sistema CRC (Central de Registro Civil) e SIRC (Sistema Nacional de Informações de Registro Civil). Informar esta Corregedoria sobre o cumprimento. **Prazo: 15 dias** para apresentação de plano de ação que deve ser concluído em no máximo 90 dias.

6. **Recomendação sobre fotografia em registros tardios de nascimento:** Adotar a fotografia



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ**  
**CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA**

como parte obrigatória no registro tardio de nascimento, nos termos do Provimento 149/2023 do CNJ. **Prazo: 15 dias.**

**7. Comunicações mensais a órgãos competentes:** Manter regularidade no envio de informações mensais ao INSS, IBGE, Junta de Serviço Militar, Secretaria de Saúde, Justiça Eleitoral, DETRAN e demais órgãos, conforme disposto no art. 49 da Lei 6.015/73. **Prazo: 15 dias**

## **II – DILIGÊNCIA À DIVISÃO DE CORREIÇÕES:**

Em atenção ao descrito no item 3 deste relatório, extrair cópia da escritura lavrada nas folhas 62-101 do Cartório do Apeú-Castanhal, para abertura de um PP em face do Cartório do Único Ofício de Moju, a fim de verificar a regularidade do registro do imóvel e de sua escrituração.

Após o decurso dos prazos consignados, deverá a Serventia apresentar relatório circunstanciado à Corregedoria-Geral de Justiça, acompanhado de documentos comprobatórios das medidas adotadas.

**LUCIO BARRETO**  
**GUERREIRO:8176**

Assinado de forma digital por  
LUCIO BARRETO GUERREIRO:8176  
Dados: 2025.01.27 12:57:00 -03'00'

**LUCIO BARRETO GUERREIRO**  
Juiz Corregedor



Documento assinado digitalmente  
**MONICA CRISTINA DE AZEVEDO HONDA**  
Data: 27/01/2025 14:03:08-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

**MONICA CRISTINA DE AZEVEDO HONDA**  
Assessora Jurídica



Documento assinado digitalmente  
**PAOLA WATRIN PIMENTA MENESCAL**  
Data: 27/01/2025 13:38:16-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

**PAOLA WATRIN PIMENTA MENESCAL**  
Analista Judiciário